

PROBLEMÁTICAS PSICOSSOCIAIS DA ABORDAGEM DA NOÇÃO DE SUJEITO

DENISE JODELET

TRADUÇÃO Luciano Loprete

RESUMO

O presente artigo trata da importância da questão do sujeito nas representações sociais. Para tanto, repassa alguns modelos da psicologia social e alude às novas perspectivas sobre o sujeito desenvolvidas nas ciências sociais e humanas. Feito um breve panorama do uso da categoria sujeito na história dessa disciplina, com destaque a seu retorno às ciências sociais nos anos 1990 e a noções correlatas, como “ator” e “agente”, aponta-se a necessidade de trabalhar com a noção de “subjetivação” em pesquisas que considerem a subjetividade sem perder a dimensão social no estudo das representações, consideradas em dois níveis: o subjetivo e o transubjetivo.

Este trabalho foi originalmente apresentado no Simpósio “Os conceitos contemporâneos de subjetividade e as relações com a teoria das representações sociais”, em 21 de julho de 2014, na 12ª Conferência Internacional sobre Representações Sociais - CIRS -, realizada em São Paulo.

SUJEITO • SUBJETIVIDADE • REPRESENTAÇÕES SOCIAIS •
PSICOLOGIA SOCIAL

PSYCHOSOCIAL PROBLEMS OF THE INVESTIGATION ON THE CONCEPT OF SUBJECT

ABSTRACT

This article deals with the importance of the issue of the subject in social representations. In order to do this, it analyzes some models of social psychology and alludes to the new perspectives on the subject which were developed in the social sciences and humanities. After a brief overview of the use of the category of subject in the history of this discipline, especially its return to the social sciences in the 1990s, and the related notions such as “actor” and “agent”, the need to work with the notion of “subjectivation” emerges in researches that consider subjectivity without losing the social dimension in the study of representations considered in two levels: the subjective and the trans-subjective.

**SUBJECT • SUBJECTIVITY • SOCIAL REPRESENTATIONS •
SOCIAL PSYCHOLOGY**

PROBLEMÁTICAS PSICOSOCIALES DEL ABORDAJE DE LA NOCIÓN DE SUJETO

RESUMEN

El presente artículo trata de la importancia de la cuestión del sujeto en las representaciones sociales. Para ello, repasa algunos modelos de la psicología social y alude a las nuevas perspectivas sobre el sujeto desarrolladas en las ciencias sociales y humanas. Tras un breve panorama del uso de la categoría sujeto en la historia de dicha disciplina, con destaque para su retorno a las ciencias sociales en los años 1990 y a nociones correlacionadas, como “actor” y “agente”, se señala la necesidad de trabajar con la noción de “subjetivación” en investigaciones que consideren a la subjetividad sin perder la dimensión social en el estudio de las representaciones, consideradas en dos niveles: el subjetivo y el trans-subjetivo.

**SUJETO • SUBJETIVIDAD • REPRESENTACIONES SOCIALES •
PSICOLOGÍA SOCIAL**

EM ALGUNS TRABALHOS ANTERIORES (JODELET, 2005A, 2005B, 2008A, 2009), TIVE A oportunidade de abordar a importância de que se reveste a questão do sujeito nas representações sociais, frisando que, com poucas exceções, como é o caso dos estudos de Fernando González Rey, ela não tinha detido a atenção dos pesquisadores. Esse fenômeno era observado a despeito do fato de que, nas ciências sociais e humanas, a problemática do sujeito tenha sido amplamente reintroduzida e argumentada.

A seguir, para entendermos e ultrapassarmos esse estado, vou repassar rapidamente suas razões, abordar novas perspectivas desenvolvidas nas ciências sociais e humanas, antes de tecer algumas proposições que contribuam para a realização de pesquisas que considerem a subjetividade sem perder a dimensão social no estudo das representações. Essas proposições baseiam-se na necessidade de considerar a noção de “subjetivação” introduzida por autores como Deleuze, Guattari e Foucault, a fim de elaborar um esquema de análise da produção subjetiva, mas socialmente informada, das representações sociais.

RAZÕES PARA RETICÊNCIA

Enquanto a abordagem das representações sociais for feita como uma corrente alternativa à do *mainstream* em psicologia social, é compreensível que ela seja reticente em relação à noção de sujeito, que frequentemente é assimilada à de indivíduo. Em sua história da psicologia social,

Farr (1996) mostra como, em muitos modelos modernos da disciplina, a tendência dominante, particularmente nos Estados Unidos, confere à psicologia social uma forma mais psicológica que social. O que resulta disso é um tratamento do indivíduo que o isola do social, da cultura e da fixação contextual e histórica de seu comportamento, de suas formas de pensar e de agir. A consequência é uma individualização da disciplina, contra a qual a teoria das representações se ergueu, em sintonia com outras correntes mais desenvolvidas na Europa, que, no entanto, elaboraram abordagens que consideram a inscrição social dos agentes, dando continuidade às obras em que a psicologia social se enraíza (de Wundt a Mead, passando por Durkheim e Weber).

Nesta última perspectiva, o indivíduo é pensado em sua relação com o coletivo, com o grupo, com a massa ou com a cultura. Ele perde seu *status* de instância autônoma, abordado de um ponto de vista taxonômico ou diferencial, para ser pensado em sua dependência e sua interação com o ambiente social. Nesse sentido, Moscovici propôs, em 1970, uma ótica social que tomava:

[...] como ponto focal a unidade global constituída pela interdependência, real ou simbólica, de vários sujeitos em sua relação com um ambiente comum, seja este de natureza física ou social. Essa perspectiva é aplicável tanto aos fenômenos de grupo quanto aos processos psicológicos e sociais e integra o fato da relação social na descrição e explicação dos fenômenos psicológicos e sociais. Nesse caso, a relação Sujeito-Objeto é mediada pela intervenção de um outro sujeito, de um “Alter”, e se torna uma relação complexa de sujeito a sujeito e de sujeitos a objeto. (MOSCOVICI, 1970, p. 33)¹

A introdução sub-reptícia da noção de sujeito não teve, entretanto, uma imediata repercussão nas pesquisas de psicologia social, que, por um lado, eram sensíveis ao perigo de individualização, fazendo perder de vista seu caráter social e, de outro, centravam-se mais especificamente nos processos de interação e de comunicação, localizando o estudo das representações sociais no espaço intermediário tecido pelas relações sociais e linguísticas. Para o próprio Moscovici, a partir de 1984, o modelo que ele havia assim esboçado devia se tornar um paradigma, geralmente referido, cujo termo sujeito é ausente, com a hipótese da “triangulação” ligando um “ego” e um “alter” em sua relação com um “objeto”.

Outra razão pode ser alegada para compreender esse desamor. Ela remete às correntes de pensamento que se desenvolveram na segunda metade do século XX nas ciências e na filosofia sociais. Como desenvolvi nos textos citados na introdução (JODELET, 2008a, 2009), a noção de “sujeito” desapareceu sob o efeito dos diversos anátemas lançados pelas “teorias da suspeita” (positivismo, marxismo, freudismo) e

1

No original: “[...] comme point focal l’unité globale constituée par l’interdépendance, réelle ou symbolique, de plusieurs sujets dans leur rapport à un environnement commun, que celui-ci soit de nature physique ou sociale. Une telle perspective est applicable aux phénomènes de groupe aussi bien qu’aux processus psychologiques et sociaux et intègre le fait de la relation sociale dans la description et l’explication des phénomènes psychologiques et sociaux. Dans ce cas, la relation Sujet-objet est médiée par l’intervention d’un autre sujet, d’un ‘Alter’, et devient une relation complexe de sujet à sujet et de sujets à objets”.

pelos pensadores estruturalistas e pós-modernos.² Tanto uns como outros associaram o sujeito à consciência, denunciaram o caráter ilusório de sua própria transparência, qualificaram-na de falsa consciência, ou a negaram como “caixa-preta” inacessível ao estudo objetivo, ou ainda a reificaram sob os determinismos sociais, dispersa nas objetivações da identidade. Essas condenações sustentaram aquilo que Touraine (2007) chama de “discurso interpretativo dominante”, o qual deslocou a pesquisa para lugares exteriores ao sujeito na análise e na interpretação dos fatos sociais e das condutas humanas e sociais, com efeito sobre os paradigmas de investigação psicológica e social.

Em psicologia social, esse movimento permitiu reintroduzir a dimensão social na abordagem dos fenômenos estudados. Mas, ao mesmo tempo, isso levou à eliminação da ideia de sujeito como entidade psicológica e mental, voltando a atenção unicamente para os fenômenos de interação e excluindo todo um espaço ligado à dinâmica psíquica na qual se apoia a produção do pensamento e da ação e que torna externos os fenômenos de representação. Isso contribuiu para que se esquecessem ou ignorassem as contribuições de autores como Kaës (1976) e Zavalloni (2007), que trataram das relações entre representações sociais e subjetividade, e o que Moscovici (1984, p. 63) havia incluído nos “temas prioritários que constituem o que se pode chamar de objeto de uma ciência”, a saber o “problema fundamental da psicologia social: o da constituição do sujeito social”.³ É essa problemática que pretendo retomar agora. Para isso, vou tentar abordar alguns de seus aspectos, depois de examinar o movimento ocorrido nas ciências sociais e que pode fornecer algumas diretrizes de reflexão.

2
Essas tendências foram conduzidas por eminentes figuras (Nietzsche, Lévi-Strauss, Lacan, Foucault, Althusser) ou pelos adeptos do behaviorismo (Skinner, Watson) e do construcionismo (Gergen).

3
No original: “[...] les thèmes prioritaires qui constituent ce que l'on peut appeler l'objet d'une science”, à savoir “le problème fondamental de la psychologie sociale: celui de la constitution du sujet social”.

4
No original: “[...] désormais possible de briser le silence imposé à toutes les conceptions du sujet, de ses représentations, de ses combats”.

5
No original: “n'est plus celle de la divinisation du sujet, ni celle de sa dissolution [...] plus proche des acteurs sociaux”.

O SUJEITO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

É durante os anos 1990 que vamos observar um retorno da noção de sujeito nas ciências sociais, tornando-se “a partir de agora possível romper o silêncio imposto a todas as concepções do sujeito, de suas representações, de seus combates”⁴ (TOURAINÉ, 2007, p. 18). Ratificando o fim das “grandes narrativas” deterministas enquanto surgia um pensamento pós-moderno, a queda do muro de Berlim facilitou a reabilitação de um “sujeito ativo pensante” e permitiu uma concepção que “não é mais a da divinização do sujeito, nem a de sua dissolução”. Por outro lado, a escala de análise do laço social “mais próximo dos atores sociais” (DOSSE, 1997, p. 418) vai orientar para o cotidiano e para as representações.⁵

Em sociologia, a noção de sujeito vai tomar o lugar de ator, introduzido por Parsons (1992), e a de agente, desenvolvido por Giddens (1993 [1982]). O primeiro, de início, foi concebido como o portador de *status* e de papéis atribuídos dentro de um sistema e, mais tarde, como

o detentor de uma potencialidade de escolha e de resistência às limitações do sistema, aproximando-se, assim, do segundo, ao qual seu conhecimento e sua autonomia permitem escapar à passividade diante das pressões sociais. A evolução dessas duas noções vai corresponder, para Touraine (2007, p. 16), ao advento da noção de sujeito convocado pela “transformação de uma consciência de si que se torna mais forte que a consciência das regras, das normas, assim como das exigências dos sistemas nos quais se vive e se age”.⁶

Em história, o reconhecimento do sujeito está ligado a uma mudança de perspectiva que volta a colocar em causa os determinismos econômicos, os condicionamentos sociais e os modelos que implicam uma regulação da atividade (positivismo) e da linguagem (*linguistic turn*). Com a consequência de reabilitar a ação dos sujeitos e o papel das representações e das identidades na evolução histórica.

Assim se formulou um novo paradigma, “o paradigma subjetivista” (NOIRIEL, 1989) referente à experiência vivida e ao investimento dos sentidos nas condutas, à interiorização das normas e dos valores no espaço interior dos indivíduos. O fenômeno de interiorização também é retomado pela antropologia. Para Godelier (2007, p. 179):

[...] a presença ideal e emocional nos indivíduos das relações sociais que caracterizam sua sociedade constitui a parte subjetiva dessas relações sociais, um conjunto de representações e de valores que se encontram presentes tanto no indivíduo quanto em suas relações com os outros, já que elas dão sentido às suas relações.⁷

Descola (2006) formula a hipótese de que a maneira de estruturar a experiência do mundo e do outro nas diferentes culturas e épocas é regida por processos cognitivos cujo funcionamento remete a uma interioridade.

Essas evoluções observadas nas ciências sociais ressaltam alguns atributos da noção de sujeito: liberação em relação aos determinismos sociais e às limitações e atribuições do sistema das relações sociais que são interiorizadas e conscientizadas; liberdade de decisão e de ação traduzida pela noção de “agentividade” (GIDDENS, 1993 [1982]); referências aos processos psicológicos, emocionais e cognitivos que intervêm na relação do contexto de vida; reintegração da consideração da experiência vivida no universo cotidiano e das representações. Essas inflexões da reflexão desembocam na questão de saber como o sujeito pode ser ao mesmo tempo produto e produtor do social, instituído e instituinte. Elas pedem uma elaboração daquilo que está implicado pela subjetividade e sobre a maneira como funciona a subjetivação. A psicologia das representações sociais pode contribuir para essa elaboração contanto que se

6

No original: “[...] transformation d’une conscience de soi qui devient plus forte que la conscience des règles, des normes ainsi que des exigences des systèmes dans lesquels on vit et agit”.

7

No original: “[...] la présence idéale et émotionnelle dans les individus des rapports sociaux qui caractérisent leur société constitue la part subjective de ces rapports sociaux, un ensemble de représentations et de valeurs qui se trouvent présentes tout autant dans l’individu que dans ses rapports aux autres, puisqu’elles donnent sens à leurs rapports”.

aprofunde a análise das relações entre modo de produção e eficácia das representações e subjetividade.

SUBJETIVIDADE E SUBJETIVAÇÃO

Para escapar do risco de individuação comportado pelo recurso à noção de sujeito e tirar partido disso para o enriquecimento da abordagem psicossocial das representações, notam-se duas linhas de pensamento:

1) A que aborda a subjetividade de um ponto de vista histórico-cultural, da qual a contribuição de González Rey (2002) oferece um panorama exaustivo. O autor propõe um esquema de análise das representações sociais como impressões da realidade, configurações do real forjadas com base nos componentes simbólicos, significantes, emocionais e identitários do vivido e da ação do sujeito.

2) A que considera o caráter social da subjetividade por meio dos processos de sua formação ligados às condições políticas, históricas, econômicas e culturais: os processos de “subjetivação”. Essa concepção é menos conhecida pelos psicólogos sociais, tendo sido desenvolvida por filósofos como Deleuze e Guattari (1980) ou Foucault (2001a, 2001b), que estabelecem um elo entre a questão da subjetividade e a da submissão e da sujeição. Eles insistem no fato de que a subjetividade assume, no devir histórico, formas e figuras de acordo com as condições sociais. Para Deleuze e Guattari (1980), o sujeito poderia escapar a seu “assujeitamento” às regras e objetivações impostas por diversos dispositivos institucionais, adotando formas de reapropriação existencial e de autovalorização de seu estar no mundo. Destacando-se da perspectiva clássica de um sujeito comum, Foucault (2001a, 2001b) afirma que o sujeito tem uma “gênese”, uma “formação” e uma “história”, e procurou “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. Nessa ótica, Foucault define três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos: a) os modos de investigação científica que convertem os indivíduos em sujeitos falantes (linguística), em sujeitos trabalhadores e produtores (economia), em sujeitos vivos (biologia); b) as “práticas divisórias”, pelas quais o sujeito é dividido no interior de si mesmo (o louco, o doente), ou separado dos outros (o louco, o prisioneiro); c) a maneira como o homem aprendeu a se reconhecer como sujeito, assim como mostra seu trabalho sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Insistindo na dependência do sujeito em relação aos sistemas sociais e de poder e na correlação entre saber e poder, esses autores colocaram, globalmente e de diferentes formas, as condições sociais da subjetivação e as condições reflexivas de um acesso a um *status* subjetivo liberado, emancipado. Eles podem nos inspirar em nossas tentativas de reintroduzir o sujeito na abordagem das representações sociais,

colocando a questão “a partir de uma multiplicidade de formas de intersubjetividade e de modos de subjetivação”⁸ (LAPLANTINE, 2007, p. 17).

SUBJETIVAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Como indiquei anteriormente, a tendência de algumas correntes da psicologia social – entre as quais a minha – a abandonar a noção de sujeito correspondeu à vontade de afastar uma visão dessocializada do indivíduo. Assim procedendo, ela trouxe contribuições importantes que poderão ser úteis para se pensar em novos termos a questão do sujeito e abordar sua constituição social, seus modos de subjetivação de maneira mais contextualizada e circunstanciada que a partir do apelo a condições globais históricas, políticas, econômicas e mesmo tecnológicas.⁹ Não se trata, de forma alguma, é claro, de desprezar estas últimas. Mas quando se trabalha sobre representações sociais com a preocupação de compreender e de intervir (JODELET, 2007) em diversos campos de prática (educação, saúde, política, etc.), forçosamente se deve pensar em termos que considerem as particularidades que afetam os indivíduos que intervêm como sujeitos “pensantes e agentes”, para retomar uma expressão consagrada hoje nas ciências sociais.

No campo de estudo das representações sociais, esses aportes ligam-se em parte ao papel concedido à comunicação e a suas formas linguísticas, discursivas, dialógicas e narrativas. Entretanto, é lamentável que essas abordagens venham a externalizar os processos de formação das representações e não esclareçam a parte que se refere à participação da subjetividade.

Os processos comunicativos podem apreender o modo como, por meio da socialização, da educação, das trocas sociais e do compartilhamento de experiências, os sujeitos vão construir sua identidade e sua realidade comum, como mostra o exemplo seguinte, tomado da área da saúde. Ampliando a noção foucaultiana de “biopoder”, o antropólogo P. Rabinow (2010) introduz a de “biossociabilidade”: resultando da combinação das evoluções tecnológicas e dos acontecimentos patológicos, a biossociabilidade produz novas subjetividades e novas identidades coletivas. Os sujeitos cujos corpos estão situados em um tempo e um lugar determinados se reportam biologicamente de forma nova a si mesmos e em relação aos outros e ao tempo:

A partilha do saber sobre o que vive torna-se uma mediação que permite aos grupos de doentes se tornarem ativos e instaurar, por associação, a troca sobre as experiências, as modificações das formas de vida, novas identidades individuais e coletivas e novos espaços públicos.¹⁰ (RABINOW, 2010, p. 10)

8

No original: “[...] à partir d'une multiplicité de formes d'intersubjectivité et de modes de subjectivation”.

9

Convém lembrar, de passagem, que, desde 1986, Guattari antecipou um modo hoje muito disseminado de imposição social sobre os conteúdos da subjetividade: o dos “sistemas mecânicos”: “Nenhum setor de opinião, de pensamento, de imagens, de afetos, de narratividade pode de agora em diante pretender escapar da ação invasiva da ‘assistência por computador’, dos bancos de dados, da telemática, etc.” (GUATTARI, 1986, p. 1).

10

No original: “Le partage du savoir sur le vivant devient une médiation permettant aux groupes de malades de devenir actifs et d’instaurer par l’association, l’échange sur les expériences, les modifications des formes de vie, de nouvelles identités individuelles et collectives et de nouveaux espaces publics”.

Poderíamos, de forma semelhante, estudar como, dentro de um quadro profissional ou um espaço de vida comum, subjetivações originais vão ser produzidas em conjunto, na base de uma experiência compartilhada. As pesquisas no campo da educação mostram bem como as novas condições de sua prática desvalorizam as regulações institucionais e induzem, entre os professores, construções originais de sua atuação.

Por outro lado, alguns modelos mostram o caráter social das representações sociais, reportando-as seja a sistemas de normas ligados a uma inscrição social que determina as posições individuais, seja à agregação de elementos que formam a estrutura subjacente às respostas individuais. Em todos esses casos, o social referido remete, sobretudo, a grupos particulares aos quais os indivíduos pertencem. Se esses modelos permitem entender a influência do pertencimento social e dos quadros ideais e ideológicos que ela fornece sobre os processos cognitivos, eles negligenciam o jogo dos dois estratos decisivos no processo de subjetivação. De um lado, os contextos particulares que orientam a ação e formam subjetividades locais; de outro, o sistema das instâncias políticas, das relações de produção, das relações de sentido e de poder, impondo, ao longo do tempo, “tipos históricos de individualidade” (FOUCAULT, 2001a, 2001b). Esse sistema participa da cultura na qual somos formados e à qual aderimos com uma “ligação apaixonada” (BUTLER, 2002).

Finalmente, nenhuma dessas abordagens das representações sociais dá lugar a componentes vitais do sujeito, de sua corporalidade e de sua vida emocional. Hoje, o corpo é explicitamente tratado nos modelos de “incorporação” (*embodiment*) como o meio que permite situar socialmente o conhecimento. Diversos autores propõem novas direções para uma sociologia cognitiva e cultural, baseando-se em teorias do “saber incorporado” (IGNATOW, 2008), ou postulam que toda teoria da significação ou do saber deve considerar o corpo (JOHNSON, 1987).

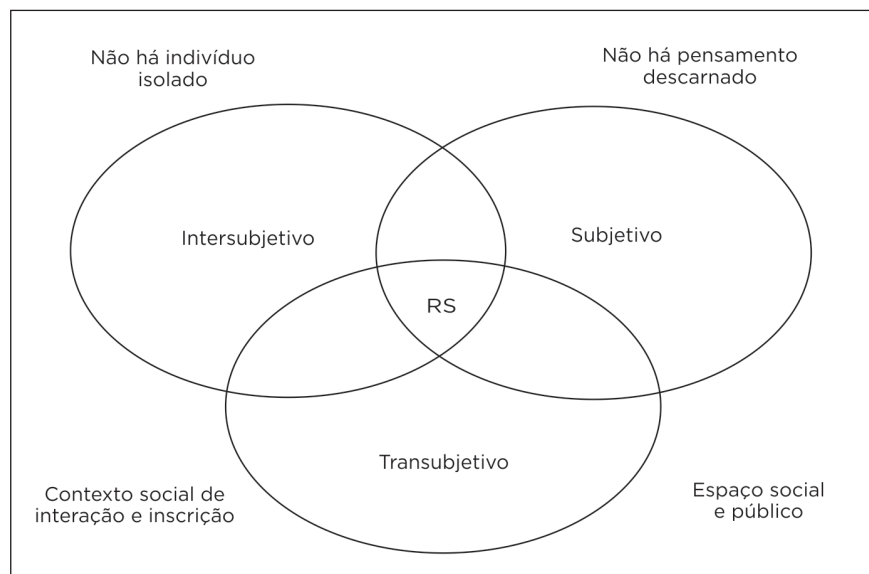
Em outro trabalho (JODELET, 2014), desenvolvi como o *embodiment* confere um relevo particular a uma das funções essenciais da comunicação verbal e discursiva, desprendida pela análise pragmática dos discursos, a saber, a expressividade. Ao lado da dimensão proposicional, que remete a um referente externo, e da dimensão performativa, que visa ao interlocutor, a dimensão expressiva manifesta as intenções e a experiência vivida do sujeito. Essa dimensão confere às emoções uma função essencial na vida mental. Tal perspectiva articula o desenvolvimento emocional e sensório-motor com o social e o psicológico.

Assim, a consideração do corpo e das emoções vai se tornar uma chave para pensar completamente a subjetividade e sua relação com o mundo. A partir de agora, quando estudarmos a produção das significações e dos saberes de senso comum, deveremos percorrer “a cartografia dos territórios existenciais – implicando universos sensíveis, cognitivos, afetivos, estéticos, etc. – e isso, em áreas e por períodos de tempo bem

delimitados”¹¹ (GUATTARI, 1986, p. 4). Deveremos distinguir entre o que remete ao conhecimento e aquilo que remete a um pensamento que se expande a partir da experiência concreta. Essa constatação e essa reivindicação de liberdade fundam todos os protestos contra as imposições e o controle do sistema social que estão na base das subjetivações próprias a tempos e lugares de exercício da atividade particular.

No artigo sobre “o retorno do sujeito” já citado (JODELET, 2009), tentei construir um quadro para analisar as representações sociais que integram as diferentes dimensões descritas anteriormente. Esse quadro está sintetizado no esquema a seguir, que coloca as representações sociais no centro de três esferas interligadas: a subjetiva, a intersubjetiva e a transubjetiva.

ESQUEMA 1 AS ESFERAS DE PERTENÇA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS



Fonte: Jodelet (2009, p. 695).

O espaço aqui concedido não me permite detalhar os comentários que antes acompanhavam esse esquema. Nele estão reunidos os processos pelos quais o sujeito social e socializado, localmente situado em contextos concretos de vida e de trabalho, se apropria das representações que circulam no espaço comum e contribui para sua elaboração. A esfera da subjetividade se reporta à experiência vivida engajando o corpo, a sensibilidade e as emoções, ao lado dos saberes adquiridos ou construídos. Ela coloca em jogo processos psíquicos e identitários cuja compreensão apela às contribuições da psicologia e da psicanálise. Esse capital privado pode influir na produção representacional socialmente informada.

A esfera da intersubjetividade concerne às trocas e às interações pelo viés das quais se forjam, no consenso ou no dissenso, representações

¹¹

No original: “[...] la cartographie des territoires existentiels –impliquant des univers sensibles, cognitifs, affectifs, esthétiques, etc.– et cela, sur des aires et pour des périodes de temps bien délimités”.

compartilhadas nos grupos definidos. A essa esfera correspondem a maioria dos modelos de abordagem das representações sociais e aqueles que a psicologia propõe para tratar dos processos sociocognitivos.

A esfera da transsubjetividade, pouco conceituada até hoje fora da sociologia (BOUDON, 1995), remete a elementos reguladores das visões de mundo, das ideias e dos conhecimentos, dos valores, das condutas que os indivíduos e os grupos têm em comum em razão de sua implicação em uma mesma situação material ou de uma mesma condição social. Esses elementos estão localizados no espaço público ou social e provêm de diferentes fontes (desde a comunicação midiática até os valores e normas culturais, passando pelas imposições ligadas aos âmbitos institucionais, ideológicos, às relações de poder, etc.). São adotados pelos indivíduos conforme o modo de adesão ou de imposição. Atravessando os outros níveis de elaboração representativa, eles constituem o pano de fundo das representações compartilhadas que permitem a intercompreensão (SEARLE, 1979). Para o exame dessa esfera, a referência aos aportes das ciências e da filosofia sociais se revela útil.

Resulta que a abordagem desses três níveis – subjetivo, inter e transsubjetivo – deve ser feita conjuntamente e numa perspectiva interdisciplinar. Um vasto programa! Mas que deve ser afrontado em vista da complexidade dos fenômenos representativos. As representações sociais que nós estudamos nos meios concretos, onde os indivíduos desenvolvem sua atividade diária, se acham na intersecção dos processos que marcam cada um dos níveis. Não se pode deixar de decifrar sua natureza e seu intrincado. Para tanto, como já disse, os modelos que fornecem a teorização psicossocial das representações, a psicologia clínica e social, oferecem recursos inegáveis que devem ser conjugados com os préstimos de outras disciplinas. Principalmente quando estas concedem um lugar importante às representações na constituição e na transformação do social (JODELET, 2015).

No exame de cada um dos níveis, as referências aos diversos modelos utilizados na abordagem social das representações podem servir de matriz aos empréstimos feitos de outras teorias de ordem psicológica e sociológica ou filosófica. Foi esse o caso dos primeiros trabalhos sobre as representações sociais conduzidos nos anos 1970-80, dos quais alguns prosseguem até hoje – por exemplo, os de Kaës (1976); aqueles sobre a identidade social (ZAVALLONI, 2007); ou os de Doise (1990), inspirados por Bourdieu.

Do ponto de vista da intersecção entre os dois primeiros níveis, o modelo de Moscovici (1984) sobre a triangulação “ego-alter-objeto” forneceu um esclarecimento fecundo sobre a dependência das posições individuais para com as relações interpessoais. Quanto ao que concerne à articulação entre o terceiro nível, transsubjetivo, e os dois outros, ainda está apenas esboçada. Tentei mostrar como os modelos da subjetivação

propostos pela filosofia social permitem uma interpretação social da subjetividade e como os elementos transsubjetivos vêm sustentar como pano de fundo as trocas e as interações entre indivíduos e grupos. Mas seria preciso ir mais longe, ligando-se a contextos de vida e de ação definidos para examinar, de um lado, o modo como se operam os processos de subjetivação próprios de um tempo, de uma conjuntura social e de um espaço coletivo ou institucional determinados; de outro lado, como os universos de pensamento e de ação onde está inserida uma coletividade se manifestam nas representações construídas no privado ou na interação.

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto era ampliar o horizonte da abordagem das representações sociais e indicar os lugares onde ela pode oferecer um espaço para a aplicação das perspectivas assim abertas. Um grande canteiro se encontra definido. Na distinção entre as diversas esferas de pertencimento das representações sociais, dois níveis (o subjetivo e o transsubjetivo) merecem um esforço de reflexão particular e a elaboração de instrumentos conceituais e metodológicos adaptados. Essa iniciativa deve ser conduzida sem tardar, já que é evidente que, para abordar os problemas sensíveis de nosso mundo contemporâneo, o estudo das representações sociais deve se armar de perspectivas mais amplas.

BIBLIOGRAFIA

BOUDON, R. Sens et raisons: théorie de l'argumentation et sciences humaines. *Hermes*, n. 16, p. 29-43, 1995.

BUTLER, J. *La vie psychique du pouvoir*. Paris: Léo Scheer, 2002.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M.; JODELET, D. Normas, representações sociais e práticas corporais. *Revista Interamericana de Psicologia/ Interamerican Journal of Psychology*, v. 44, n. 3, p. 449-457, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DESCOLA, P. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2006.

DOISE, W. Les représentations sociales. In: GHIGLIONE, R.; BONNET, C.; RICHARD, J. F. (Ed.). *Traité de Psychologie Cognitive 3: cognition, représentation, communication*. Paris: Dunod, 1990. p. 111-174.

DOSSE, F. *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte, 1997.

FARR, R. *The roots of modern social psychology*. Oxford: Blackwell, 1996.

FOUCAULT, M. *L'herméneutique du sujet*. Cours au Collège de France. 1981-1982. Paris: Gallimard, Seuil, 2001a. (Hautes Études).

_____. *Dits et écrits II, 1976-1988*. Paris: Quarto, Gallimard, 2001b.

_____. História da sexualidade 1: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

- GERGEN, K. J. *The saturated self: dilemmas of identity in contemporary life*. New York: Basic Books, 1991.
- GIDDENS, A. Profiles and critiques in social theory. In: CASSELL, P. (Dir.). *The Giddens reader*. London: Macmillan Press, 1993 [1982].
- GODELIER, M. *Au fondement des sociétés humaines: ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris: Albin Michel, 2007.
- GONZÁLEZ REY, F. *Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural*. México D.F.: Thomson, 2002.
- GUATTARI, F. De la production de subjectivité. *Revue Chimères*, n. 4, p. 1-19, 1986.
- IGNATOW, G. Theories of embodied knowledge: new directions for cultural and cognitive sociology? *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 37, n. 2, p. 115-135, 2008.
- JODELET, D. *Représentations sociales et mondes de vie*. (textes édités par Nikos Kalampalikis). Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2015.
- _____. A prosopos des jeux et enjeux de savoir dans l'éducation thérapeutique des patients. In: JOUET, E.; LAS VERGNAS, O.; NOËL-HUREAUX, E. (Ed.). *Nouvelles coopérations réflexives en santé: de l'expérience des malades et des professionnels aux partenariats de soins, de formation et de recherche*. Paris: Archives Contemporaines, 2014.
- _____. Interconnections between social representations and intervention. In: ROSA, A. S. de (Ed.). *Social representations in the "social arena": the theory in contexts faced with "social demand"*. New York: Routledge, 2013a.
- _____. Encounters between forms of knowledge. *Papers on Social Representations*, v. 22, p. 9.1-9.20, 2013b.
- _____. A teoria das representações sociais e o campo da saúde. In: JORNADA INTERNACIONAL, 8., e CONFERÊNCIA SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 6., Recife, 30 ago. 2013c.
- _____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.
- _____. Le retour du sujet et l'approche des représentations sociales. *Connexions*, n. 89, p. 25-46, 2008a.
- _____. Social representations: the beautiful invention. *Journal for the Theory of Social Behavior*, v. 38, n. 4, p. 411-430, 2008b.
- _____. Representaciones sociales: contribución a un saber sociocultural sin fronteras. In: JODELET, D.; TAPIA, A. G. (Org.). *Develando la cultura: estudios en representaciones sociales*. México: EdUNAM, 2008c. p. 7-30.
- _____. Imbricações entre representações sociais e intervenção. In: MOREIRA, S. P.; CAMARGO, B. V. (Org.). *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa: UFPB, 2007. p. 45-73.
- _____. Experiência e representações sociais. In: MENIN, M. S. S.; SHIMIZU, A. M. *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005a. p. 23-56.
- _____. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005b.
- JODELET, D.; KALAMPALIKIS, N. Le rayonnement d'une pensée. *Bulletin de Pssychologie*, tome 68, v. 2, n. 536, p. 177-180, mars/avr. 2015.
- JOHNSON, M. *The body in the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- KAËS, R. *L'appareil psychique groupal: constructions du groupe*. Paris: Dunod, 1976.
- LAPLANTINE, F. *Le sujet: essai d'anthropologie politique*. Paris: Tetraèdre, 2007.
- MOSCOVICI, S. Le domaine de la psychologie sociale. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). *La psychologie sociale*. Paris: PUF, 1984.
- _____. Préface. In: JODELET, D.; VIET, J.; BESNARD, P. (Ed.). *La psychologie sociale: une discipline en mouvement*. Paris, La Haye: Mouton, 1970.

NOIRIEL, G. Pour une approche subjectiviste du social. *Annales ESC*, n. 6, p. 1.435-1.459, 1989.

PARSONS, M. J. *Compreender a arte: uma abordagem à estética do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo*. Lisboa: Presença, 1992.

RABINOW, P. L'artifice et les Lumières: de la sociobiologie à la biosocialité. *Politix*, v. 2, n. 90, p. 21-46, 2010.

SEARLE, J. *Les actes de langage*. Paris: Hermann, 1979.

TOURAINÉ, A. *Penser autrement*. Paris: Fayard, 2007.

ZAVALLONI, M. *Ego-écologie et identité: une approche naturaliste*. Paris: PUF, 2007.

DENISE JODELET

Professora emérita da École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS –,
Paris, França

denise.jodelet@wanadoo.fr